

CUIDADO É FUNDAMENTAL

Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO

PESQUISA

DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.10728

CONHECIMENTO PARLAMENTAR: UMA FERRAMENTA PARA CRIAÇÃO DE NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO NA FRONTEIRA FRANCO BRASILEIRA

*Parliamentary knowledge: a tool for the creation of a training center on the franco brasileira frontier**Conocimientos parlamentarios: una herramienta para crear un centro de formación en la frontera de franco brasileira***Tancredo Castelo Branco Neto**¹ **Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco**¹ **Fabio Rodrigues Trindade**² **Ivonizete Pires Ribeiro**³ **Fabricio Ibiapiana Tapety**³ **Raurys Alencar de Oliveira**³ 

RESUMO

Objetivo: analisar o conhecimento dos parlamentares da fronteira franco brasileira sobre a tutela jurídica dos usuários de álcool. **Método:** estudo exploratório de cunho qualitativo, realizado com 11 vereadores. Os dados foram obtidos por meio de entrevista com roteiro semiestruturado e uma pergunta aberta, processada no software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ®). **Resultado:** foram geradas sete classes, divididas em dois segmentos, que foram nomeadas com base nas falas dos depoentes: 1) Capacitação parlamentar sobre a tutela jurídica dos usuários de álcool e 2) Ferramentas para criação do Núcleo de Capacitação Parlamentar. **Conclusão:** o conhecimento dos vereadores acerca da tutela jurídica dos usuários de álcool é permeado de conhecimentos generalistas e sem cunho científico, mostrando a necessidade da criação de um Núcleo de Capacitação Parlamentar, a partir de uma formação competente.

DESCRITORES: Conhecimento; Lei orgânica; Capacitação; Educação continuada; Saúde na fronteira.

¹ Universidade Federal do Amapá, Oiapoque, AP, Brasil.

² Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

³ Centro Universitário UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil.

Recebido em: 21/12/2020; Aceito em: 10/03/2021; Publicado em: 10/04/2022

Autor correspondente: Tancredo Castelo Branco Neto, E-mail: tcbranconeto@gmail.com

Como citar este artigo: Branco Neto TC, Branco FMFC, Trindade FR, Ribeiro IP, Tapety FI, Oliveira RA. Conhecimento parlamentar: uma ferramenta para criação de núcleo de capacitação na fronteira franco brasileira. *R Pesq Cuid Fundam* [Internet]. 2022 [acesso ano mês dia];14:e10728. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.10728>



ABSTRACT

Objective: to analyze the knowledge of lawmakers on the Brazilian franc frontier regarding the legal protection of alcohol users. **Method:** exploratory qualitative study, carried out with 11 councilors. The data were obtained through an interview with a semi-structured script and an open question, processed in the Interface software for the Multidimensional Analyzes of Textes and Questionnaires (IRaMuTeQ®). **Result:** seven classes were generated, divided into two segments, which were named based on the statements of the interviewees: 1) Parliamentary training on the legal protection of alcohol users and 2) Tools for the creation of the Parliamentary Training Center. **Conclusion:** the councilors' knowledge about the legal protection of alcohol users is permeated by general knowledge and without scientific nature, showing the need to create a Parliamentary Training Center, based on competent training.

DESCRIPTORS: Knowledge; Organic law; Training; Continuing education; Health at the border.

RESUMEN

Objetivo: analizar el conocimiento de los legisladores en la frontera del franco brasileño con respecto a la protección legal de los consumidores de alcohol. **Método:** estudio cualitativo exploratorio, realizado con 11 concejales. Los datos se obtuvieron a través de una entrevista con un guión semiestructurado y una pregunta abierta, procesada en el software de interfaz para los análisis multidimensionales de textos y cuestionarios (IRaMuTeQ). **Resultado:** se generaron siete clases, divididas en dos segmentos, que fueron nombrados en base a las declaraciones de los entrevistados: 1) Capacitación parlamentaria sobre la protección legal de los usuarios de alcohol y 2) Herramientas para la creación del Centro de Capacitación Parlamentaria. **Conclusión:** el conocimiento de los concejales sobre la protección legal de los consumidores de alcohol es impregnado de conocimientos generales y sin naturaleza científica, lo que demuestra la necesidad de crear un Centro de Formación Parlamentaria, basado en una formación competente.

DESCRIPTORES: Conocimiento; Ley orgánica; Formación; Educación continua; Salud en la frontera.

INTRODUÇÃO

O uso de álcool muitas vezes esteve associado a rituais místicos e religiosos e até os dias atuais é uma substância corriqueira em meios comemorativos e festas, algo que independe do tipo de raça, tradição cultural, gênero e condição social.¹ É a droga mais consumida em todo o mundo, devido ao fácil acesso e amplitude de aceitação no meio social; e acaba trazendo danos tanto na esfera individual como social, a curto e longo prazo. É responsável por três milhões de óbitos, correspondendo a 5,3% das mortes no mundo inteiro, além das morbidades, sendo fator causal em mais de 200 doenças e lesões.²

No Brasil, conforme o III Levantamento Nacional sobre uso de drogas pela população a prevalência do uso de álcool nos últimos 30 dias pesquisados foi de 30,1% correspondendo a aproximadamente 46 milhões de habitantes. Já o uso em *binge* (uso ocasional de risco) foi 16,5%, correspondendo a 25 milhões de habitantes na população geral. E se considerarmos o uso em *binge* em apenas os indivíduos que fizeram uso de álcool no último ano, a prevalência do *binge drinking* seria de 38,4%.³

Nesse contexto, vale destacar as abordagens e políticas atuais que foram essencialmente desenvolvidas no campo da justiça e da segurança pública dificultando o problema associado ao consumo de álcool ao campo da saúde pública.⁴ Esta política se firma na abstinência como modelo ideal de tratamento, algo que não se sustenta pela sua própria eficácia, pois, além da questão ser mais complexa nas últimas décadas o seu poder econômico e significativo número de vítimas fatais e morbidades causadas pelos grupos na conquista de territórios, são cenários vinculados à própria política proibicionista.⁵

Portanto, diante do prisma atual e as perspectivas implementadas ao longo da história acerca das políticas e legislação brasileira acerca do álcool, merecem um debate e reflexão, para que possibilite alicerçar novas discussões na área de saúde pública, jurídica e parlamentar para operacionalização de novas ações efetivas e eficazes, tudo em consonâncias com princípios fundamentais de garantia de acesso aos serviços de saúde e direitos humanos.

Tendo em vista à ausência de pesquisas acerca do conhecimento dos legisladores acerca da tutela jurídica do usuário de álcool em Oiapoque, surgiu a necessidade de verificar tais dados e assim contribuir para adoção de medidas educativas e sensibilização do uso de risco/nocivo junto à população e quiçá criar um núcleo de capacitação parlamentar para que se possa colaborar com o planejamento de políticas públicas adequadas e voltadas a tal população, bem como contribuir para a tomada de decisões efetivas acerca das ações a serem executadas no município.

Diante do exposto, este estudo objetivou: Analisar o conhecimento dos parlamentares da fronteira franco brasileira sobre a tutela jurídica dos usuários de álcool.

MÉTODO

Estudo exploratório de abordagem qualitativa, realizada na Câmara Municipal de um município do extremo norte brasileiro, na região da fronteira franco brasileira. A coleta de dados se deu no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020, por meio de entrevista individual com os 11 vereadores da cidade de Oiapoque. Como critérios de inclusão: parlamentares em exercício do mandato eletivo e que estivesse exercendo as suas atividades legislativas.

Para a produção dos dados, utilizou-se um roteiro semiestruturado, com variáveis relacionadas a temática do estudo. Neste estudo foi utilizado uma pergunta aberta, onde o entrevistado pudesse responder de forma livre ao questionamento básico: “O que Vossa Excelência entende sobre a proteção do usuário de álcool prestada pelo Estado?”

As entrevistas foram realizadas na Câmara Municipal de Vereadores de Oiapoque-AP, em seus referidos gabinetes, e em horário conveniente e marcado previamente com cada vereador a fim de não atrapalhar os serviços laborais dos mesmos. As entrevistas tiveram um gasto médio de 10 minutos.

Foi solicitado que o participante assinasse um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, autorizando sua participação na pesquisa. Para manter o anonimato dos participantes, foram identificados por Ver. 1; Ver. 2 e assim sucessivamente.

Após a coleta, as entrevistas foram transcritas na íntegra e organizadas de forma compatível para o processamento. Para análise utilizou-se o *software* de análise textual IRaMuTeQ® (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Nesse estudo os três eixos foram utilizados para análise de dados. Ademais, o *software* utilizou análises lexicais, para identificação e reformulação das unidades de texto, que se transformam em Unidades de Contextos Iniciais (UCI) e em Unidades de Contexto Elementar (UCE) que foram identificadas através da quantidade de palavras, frequência média e número de *hápax* (palavras com frequência). Foi feita a pesquisa do vocabulário e reduzidas às palavras, com base em suas raízes (lematização), sendo o dicionário criado a partir das formas reduzidas e identificadas as formas ativas e suplementares.⁶

O estudo foi registrado na Plataforma Brasil, sendo encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Centro Universitário UNNOVAFAPI, para apreciação, com CAAE: 25315019.2.0000.5210, sendo aprovado em 29 de novembro de 2019, com parecer 3.734.450.

RESULTADOS

Quanto à caracterização sociodemográfica dos participantes, evidenciou-se que a presença masculina é maior entre o quadro de vereadores, a faixa etária variou de 31 a 63 anos, predominância de casados/união estável, ensino médio, formação recente dos profissionais envolvidos e primeiro mandato na maioria deles.

O *software* a partir das falas, reconheceu a separação do corpus em 11 textos. O número de formas distintas ou palavras diferentes foi de 949, com número de ocorrências de 4.164. Da amostra de palavras distintas, o *software* julgou importante e analisou 589, com uma frequência mínima igual ou superior a três. Com base nos dados expostos acima, o programa usou como parâmetro para dividir o *corpus* em segmentos de texto, classificando-os em função de seus receptivos vocabulários. Sendo assim, o *corpus* foi dividido em 89 segmentos de texto analisáveis de um total de 105, onde se observa um nível de aproveitamento de 84,76% do total do estudo. O tempo que o *software* gerou os dados foi de 59 segundos.

Assim identificou-se que no primeiro segmento houve uma divisão do corpus principal com o aparecimento de dois segmentos. Em um segundo momento, observa-se que cada segmento também se divide em duas classes. O primeiro segmento dividiu-se em classe (4 e 5) e outro com classe (6 e 7). Houve uma subdivisão do galho oposto, dando origem a classe 2 e posteriormente o aparecimento das classes 1 e 3. A classe 1, correspondendo a 13,5% do total de segmentos; classe dois (13,5%), classe três (12,4%); classe quatro (15,7%); classe cinco (13,5%); classe seis (16,7%) e classe sete (15,7%) do total dos segmentos de texto.

Cada classe foi submetida a uma análise qualitativa, a partir da qual foram nomeadas, pelo *insight* do pesquisador e construíram-se classes analíticas segundo o conteúdo revelado, ou seja, o estudo das classes traz a descrição que emergiram das falas dos vereadores, a partir do entendimento dos mesmos sobre a proteção do usuário de álcool prestada pelo Estado, destacando os posicionamentos referentes ao uso abusivo de álcool, medidas protetivas, precauções e preocupações devido ao consumo problemático na cidade de Oiapoque.

Segmento 1: Capacitação parlamentar sobre a tutela jurídica dos usuários de álcool

Classe 1: Capacitação dos parlamentares devido as consequências negativas do consumo de álcool

Na presente classe, os parlamentares percebem a necessidade de capacitação para melhor atender as demandas dos usuários de álcool; destacam tal necessidade devido as consequências maléficas, dentre elas e que merece destaque foram os acidentes de trânsito, como pode ser evidenciado nas falas:

Acaba gerando esses acidentes de trânsito e também conflitos internos na região do centro da cidade. (Ver.1)

Bastantes acidentes final de semana, claro gerando um problema de saúde pública, porque a gente vê muita gente bêbada. (Ver. 9)

Vê gente muito bêbada e acontecendo bastantes acidentes final de semana, claro gerando um problema de saúde pública. (Ver.11)

Ainda dentre as consequências oriundas do consumo de álcool, e visto na fala dos entrevistados, o uso entre adolescentes e jovens que se torna cada vez mais frequente:

Muito também frequente aqui no município tem outras questões de prostituição tanto infantil, como em outras situações. (Ver. 3)

A partir que a pessoa começar a usar o álcool ou outros tipos de drogas já tem um problema mental, tem o problema de não ir mais para escola, não obedece ao pai e a mãe. (Ver. 8)

Ainda em se tratando dos prejuízos ocasionados pelo consumo problemático de álcool, um dos vereadores destacou a questão econômica influenciado por tal fato:

Além de gerar prejuízo na saúde pública, como também até nos afeta em situações como o turismo [...] além de prejudicar a saúde deles e prejudica também a economia do município. (Ver. 6)

Diante dessa conjuntura, os legisladores afirmam a necessidade de capacitação acerca da tutela jurídica dos usuários de álcool, para uma melhor informação, formação, habilidades e competência para fomentar leis que garantam os direitos de acesso à saúde garantidos pela Constituição Brasileira:

Vejo que o parlamentar tendo essa capacitação é essencial, importante, necessária e indispensável para que a gente possa estar ajudando o município nesse sentido. (Ver. 3)

Capacitação vem em primeiro lugar, porque muitos, às vezes, não têm um conhecimento ou não sabe o que fazer e havendo uma capacitação, todos vão ter um conhecimento. (Ver.5)

Então acredito que bem viável a capacitação e também para a gente entender o que se passa no nosso município. (Ver. 6)

Que ter esse treinamento específico para lidar com esse tipo de problema [...] é de grande relevância a capacitação do vereador. (Ver.9)

O parlamentar sendo instruído sendo capacitado, ele tem como conversar com as pessoas e dizer o tanto que o álcool faz mal. (Ver. 11)

Classe 3: Necessidade de trabalho ampliado e intersetorial

Devido ao consumo problemático de álcool ser considerado uma “doença social”, pois atinge diversas esferas, faz-se necessário um trabalho pactuado, compartilhado, perpassando por diversos setores, com múltiplos atores, para que assim medidas eficazes sejam efetivadas e propiciem melhorias a saúde da população, fato este, evidenciado nas falas dos vereadores:

Se somarmos as forças junto à Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde Especial de Educação, nós poderíamos estar discutindo em audiência pública e com certeza construir um projeto de lei que possa estar garantido essa proteção constitucional que todos os usuários de álcool. (Ver.3)

Acho que deveríamos fazer um projeto para ajudar referente às pessoas usuárias do álcool, com palestra, treinamento, fazer esporte também. (Ver. 7)

A Câmara Municipal pode através de um decreto legislativo ou a própria criação de lei a educação sobre o álcool nas escolas. Existir no programa exatamente para trabalhar diretamente porque a educação é a base de tudo. (Ver.9)

Classe 2: Propostas de criação de Projetos de Lei

A proposta de criação de projetos de lei é válida e algo bastante comentado nas falas dos entrevistados:

Podemos estabelecer através de projetos de lei e a capacitação dos parlamentares vão favorecer uma produção de conhecimento acerca do tema. (Ver.1)

Acredito que a gente criando alguns programas juntamente com o Poder Executivo, podemos ajudar essas pessoas. (Ver. 6)

Um projeto de lei para ajudar essas pessoas. (Ver. 11).

Vejo a necessidade de a gente fazer um projeto aqui na câmara direcionado principalmente aos menores, proibindo e fazer uma lei para que o comerciante não possa vender bebida para eles. (Ver.5)

Oiapoque, eu acho que não tem prevenção nenhuma; o jovem aqui é livre para usar o álcool [...] eu fiz essa lei, porque eu sei que é o local que eles mais frequentam é a praça. (Ver. 7)

Segmento 2: Ferramentas para criação do Núcleo de Capacitação Parlamentar

Classe 7: Papel do legislador na criação de Leis

Após a descrição do conhecimento dos vereadores acerca da tutela jurídica do usuário de álcool, e perceber a necessidade de capacitação para que assim tenham embasamento a fim de projetar e aplicar leis específicas e eficazes diante da problemática, faz-se necessário discorrer sobre as ferramentas que balizarão a criação de um Núcleo de Capacitação Parlamentar.

A câmara municipal tem esse papel, essa função, e nós como os agentes fiscalizadores e de produção de normas para o município podemos estabelecer através de projetos de lei, conscientização e a capacitação. (Ver. 1)

Nós poderíamos construir um projeto de lei que possa estar garantido essa proteção constitucional. (Ver. 3)

Acredito tinha que ter uma capacitação para cada parlamentar. (Ver. 6)

Alcool que prejudica a juventude, eles começam pelo álcool, depois vão para as drogas e depois vão para a prostituição infantil, são esses três aqui que sempre eu me preocupei e por isso eu fiz essa lei, mas não foi aprovada. (Ver.7)

A gente concorda com capacitação, mas era bom ter mesmo pessoas capacitadas para trabalhar em cima disso, mas é muito bom esse projeto. (Ver. 8)

A câmara municipal pode através de um decreto legislativo ou a própria criação de lei, a educação sobre o álcool nas escolas. (Ver. 9)

Para apoiar essa causa, é uma causa importante e a câmara de vereadores com certeza vai apoiar a esse projeto. (Ver. 10)

O que nós podemos apoiar aqui na Câmara de Vereadores seria um projeto [...] é isso que eu vejo que câmara municipal poderia fazer esse projeto de lei para amenizar mesmo essas coisas. (Ver.11)

Classe 6: (CO) responsabilização do legislador

Portanto, pautada nas leis e diante das falas dos vereadores, fica evidente a (co) responsabilização na atuação de medidas profiláticas e mediadoras de conflitos diante a problemática do álcool.

Eu entendo que o estado enquanto um ente federado tem como principal função a proteção aos direitos humanos [...] os parlamentares vão favorecer uma produção de conhecimento e é o pontapé inicial. (Ver. 1)

Nós em especial, como autoridade constituída como vereadores eleitos pelo voto direto do povo representantes legais do povo deveríamos saber com conhecimento. (Ver. 3)

Eu acho o seguinte, que se a gente conseguisse com o poder executivo, assistência social, ter um trabalho, conversar mais ou menos assim para o serviço social do município juntamente com a gente chegar nos vereadores conversar para que eles tenham mais essa preocupação. (Ver.4)

Fazer uma capacitação sobre isso aí para o parlamentar é muito bom; o parlamentar não é uma pessoa fixa que vai ficar tempo todo, então quando entrar a outra turma de vereadores no caso uma outra legislatura tem que fazer outra capacitação. (Ver.8)

É de grande relevância a capacitação do vereador não só como legislador e o próprio vereador vai fazer também trabalho educativo social dentro da sociedade. (Ver.9)

Classe 5: Vulnerabilidade cotidianas

Outra ferramenta, que merece reflexão, e essencial para a criação do Núcleo de Capacitação Parlamentar, apresentada nas falas dos entrevistados, são as situações de vulnerabilidade, tais como violência, criminalidade e falta de oportunidades do mercado de trabalho, situações estas, presentes no município de Oiapoque.

A consequência direta é a criminalidade, boa parte deles vem do garimpo, é uma população flutuante, trabalhadores em algumas obras na cidade. (Ver. 1)

Uma dificuldade, os seres humanos pensam e correm para o alcoolismo para esquecer todos os problemas que tiveram. (Ver. 2)

Eu acho que se aqui tivesse mais trabalho para essas pessoas, já que eles vieram pensando em garimpo que hoje não tem mais, se tivesse emprego do estado ou alguma coisa já ia evitar que ficassem desesperados e beber álcool. (Ver. 4)

Para cá para a cidade, o que não bebe na aldeia fica bebendo aqui, já aconteceu morte, duas mortes aqui de nossos indígenas. Uma vez um policial atirou num indígena e outro foi esfaqueado por outra pessoa um indígena também, por causa do álcool. (Ver. 8)

Classe 4: (DES) assistência do Estado

Por fim, a ausência de serviços especializados e adequados para monitorar os casos de uso problemático, bem como programar medidas profiláticas para evitar maiores danos, são evidenciados nas falas dos legisladores. Destaca de forma clara a limitação de ações por parte do Estado e a presença de atividades pautadas na filantropia, principalmente as igrejas, sendo, portanto, mais uma ferramenta essencial para a criação do núcleo de capacitação.

O estado deveria dar uma atenção especial aos usuários [...] vejo que essas iniciativas partem mais das igrejas dentro do município. (Ver. 3)

Nunca vi uma preocupação em relação a essas pessoas que sofrem com esse vício, até hoje eu nunca, nem sequer não tem um centro de atendimento as pessoas alcoólatras. (Ver. 6)

Eles não saem daí porque a igreja traz sopa para eles, eu me preocupo muito, o senhor sabe, o meu coração fica muito partido. (Ver. 4)

As igrejas incentivam muito o povo ao não consumo do álcool. fala do problema do álcool que vem causando nas comunidades. (Ver. 8)

Eu vejo a responsabilidade do estado em inserir alguns tipos de programas que venham prevenir e orientar o usuário de álcool. (Ver. 9)

DISCUSSÃO

Com bases nas classes formadas, a partir das falas dos vereadores, foram mencionadas as consequências oriundas do uso abusivo de álcool, dentre elas os acidentes de trânsito e conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde, no Brasil, constatou que a prevalência de envolvimento em acidente de trânsito foi 3,1% na população geral e 6,1% entre os que referiram consumo abusivo e frequente de álcool.⁷ Outra pesquisa mostrou que no conjunto das 27 cidades, 6,7% da população adulta referiram conduzir veículo motorizado após consumo de bebida alcoólica.⁸ Inquérito que analisou a mortalidade por acidentes de trânsito mostrou além das taxas de óbitos destacou que a morte no trânsito é prematura e evitável e acomete a faixa da população em idade economicamente ativa e prejuízo multissetorial para o país.⁹

No que tange as consequências do uso do álcool em jovens, estudo revelou que uma proporção significativa se expõe a comportamentos de risco à saúde associados ao consumo agudo de bebida, tal como brigas e relação sexual sem uso de preservativo.¹⁰ O uso das substâncias lícitas é culturalmente permissivo pela sociedade, influenciando o grande consumo precoce.¹¹ Pesquisa que corrobora com início de uso precoce mostrou que a idade média de início de consumo de álcool foi 13,7 anos.¹²

Em relação as questões econômicas mencionada por um dos vereadores, o consumo de álcool se mostra um desafio social, de

saúde e também econômico, por afetar parcela significativa da população a nível global, portanto não existe solução única, é um desafio para os governantes a fim de implementar medidas necessárias para diminuir o consumo na população, além do que os custos envolvidos no consumo são maiores que os lucros aferidos e desenvolvimento econômico provenientes da venda de bebidas alcóolicas.¹³

Diante desse contexto, os vereadores expressam a necessidade de uma formação acerca da temática, bem como a capacitação para que assim possam lidar com o fenômeno tão complexo que necessita de maiores enfoques no município de Oiapoque pelas consequências devastadoras.

Desta via, para uma formação profissional desejada, é necessário refletir para além de uma prevenção, não se pode pensar apenas somente em um centro de capacitação e transmissão de conhecimento, mas uma posição bem definida a atuante dentro das políticas de álcool, garantindo continuidade nas ações e auxílio na readequação dos serviços, para efetivação de uma rede de cuidados e reformulação das práticas assistenciais.¹⁴

Para uma rede de cuidados eficaz, se faz necessário pensar numa rede de trabalho ampliada e intersetorial, algo também evidenciado na fala dos entrevistados e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é uma “rede viva”, formada pelos serviços e pelas pessoas que a compõe, pautadas nas relações dinâmicas e diálogos articulados, envolvendo os setores e principalmente os atores com seus saberes e singularidades. Portanto, não basta apenas um arranjo organizacional e sim um processo de trabalho articulado, com boas relações interpessoais acerca da circulação dos usuários pelos serviços e pelos espaços da cidade.¹⁵ Ainda nesse segmento, conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 198, incisos I a III, complementa que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”.¹⁶

Destarte, essas medidas objetivam reduzir agravos sociais, disseminar informações, fazer prevenção, reabilitação de usuários, capacitar profissionais do meio jurídico e legislativo, também busca vencer o lesivo fenômeno do consumo problemático de álcool. A partir dos dados supracitado, é evidente a necessidade da criação de um Núcleo de Capacitação Parlamentar a fim de melhorias nas ações e estratégias aos usuários de álcool do município de Oiapoque, pois são os legisladores que criam as leis e relevância dos mesmos diante desse fenômeno tão complexo.

Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 29. “O Município reger-se-á por lei orgânica” e Art. 30, “Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local, Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos; resoluções.¹⁶

Complementando, esses dados, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Oiapoque, no Art. 86 “A Câmara exerce a sua função legislativa através das proposições (É toda matéria sujeita a deliberação da Câmara). As proposições são: a) propostas de emenda à Lei Orgânica; b) projetos de lei complementar; c) projetos de lei, dentre outros; Art. 27 XIII – “estudar qualquer

assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários”; Art. 52. Os projetos de lei e demais proposições distribuídas às comissões serão examinadas pelo relator designado em seu âmbito, para emitir parecer”, o que corrobora com as falas dos entrevistados.¹⁷

Portanto, se faz necessário ampliar as reflexões críticas do cotidiano com articulação junto aos serviços de saúde a fim de potencializar as políticas públicas, e como tal apresentar justificativas para a regulamentação de novas leis criadas.

Outra ferramenta, que merece reflexão, e essencial para a criação do Núcleo de Capacitação Parlamentar, apresentada nas falas dos entrevistados, são as situações de vulnerabilidade. Pode-se perceber, portanto, que são as mais variadas as consequências causadas pelo uso de álcool,¹³ pois não afeta o indivíduo de forma isolada acarretando toda uma problemática em nível social, envolvendo amigos, familiares, empregadores, saúde, além de demais setores, envolve a sociedade de forma generalizada.

Fato bastante mencionado na fala dos entrevistados foi a ausência de serviços essenciais para cuidados e assistência de qualidade as pessoas em uso problemático de álcool e já mencionado acima a importância dessa articulação dentro de uma rede ampliada e intersetorial. Estudo¹⁸ orienta que a Rede de Atenção à Saúde são organizações de serviços que se interligam por uma missão única, com a finalidade de ofertar cuidados integral, nos mais variados graus de complexidade, para atender diversas demandas. Outra pesquisa¹⁹ complementa que a RAPS organizada e consolidada, proporciona um atendimento mais resolutivo conforma as demandas do usuário, desde serviços primários e com isso a desconstrução de estigmas preponderantes nos serviços de saúde e na sociedade e assim os usuários possam desenvolver a autonomia, conforme orienta a Política de Saúde Mental.

Portanto, o trabalho deve ser desenvolvido de forma interdisciplinar para que os princípios ditados pelo Sistema Único de saúde possam ser alcançados e os indivíduos garantam resolutividade em suas situações-problema. Desta via, é importante o fortalecimento da rede social significativa dos usuários para que o processo do cuidado seja potencializado.

Desse modo, é necessário rever frequentemente as estratégias biopolíticas utilizadas na assistência ao usuário, deve-se discutir os aspectos macro e micropolíticos, permitindo assim as práticas de autonomia e cuidado, é importante a concretização de uma rede articulada, para que assim se consiga junto ao usuário construir estratégias efetivas de autonomia, ou melhor, de não dependência, tanto das substâncias quanto dos serviços existentes.²⁰

CONCLUSÃO

O conhecimento dos vereadores acerca da tutela jurídica dos usuários de álcool é baseado nas vivências e senso comum e carente de cunho científico. Declaram a importância da capacitação parlamentar devido às consequências negativas do consumo de álcool, a necessidade de trabalho ampliado e intersetorial, a

importância da criação de projetos de leis, o papel do legislador diante dessa problemática e a sua (co) responsabilização, as situações de vulnerabilidade, a falta de serviços especializados, como limitação de ações do Estado.

Expõem alguns serviços e entidades como as igrejas, como elementos essenciais na abordagem ao usuário de álcool, entretanto não mencionam os serviços essenciais para uma assistência integral com abordagem holística. Considera-se, portanto, diante da realidade vivenciada, e a partir dos discursos mostrados, são ferramentas essenciais para a criação de um Núcleo de Capacitação Parlamentar, sendo necessária uma formação competente e com conteúdos agregados a temática do álcool, para que os legisladores desenvolvam um raciocínio crítico, uma cultura profilática, planejem medidas pautadas na promoção de saúde, prevenção de agravos e reinserção do usuário no meio social de forma continuada.

REFERÊNCIAS

1. Marques ACPR. Alcohol use and the evolution of alcohol and other drugs dependence concept and treatment. *Rev IMESC*. [Internet]. 2001 [cited 2020 aug 10];(3). Available from: <https://imesc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Revista-IMESC-n%C2%BA-3-outubro-2001.pdf>.
2. World Health Organization. Global report on alcohol [Internet]. Geneva: WHO; 2018 [cited 2020 mar 17]. Available from: <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1151838/retrieve>.
3. Bastos FIPM, Vasconcellos MTL, Boni RB, Reis NB, Coutinho CFS. III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT; 2017 [cited 2020 aug 17]. Available from: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>.
4. Machado AR, Miranda PSC. Fragments of the history of healthcare for users of alcohol and other drugs in Brazil: from Justice to Public Health. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. [Internet]. 2007 [cited 2020 oct 12];14(3). Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000300007>.
5. Fraga PCP. The geopolitics of drugs in Latin America. *Rev em Pauta*. [Internet]. 2007 [cited 2020 aug 1];(19). Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/187/210>.
6. Camargo BV, Justo AM. IRAMUTEQ: a free software for analysis of textual data. *Temas psicol. (Online)*. [Internet]. 2013 [cited 2020 oct 15];21(2). Available from: <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.
7. Damacena GN, Malta DC, Boccolini CS, Souza Júnior PRB, Almeida WS, Ribeiro LS, et al. Alcohol abuse and involvement in traffic accidents in the Brazilian population, 2013. *Ciênc. Saúde Colet.* [Internet]. 2016 [cited 2020 aug 12];21(12). Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.25692015>.
8. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Vigitel Brasil 2016: surveillance of risk and protection factors for chronic diseases by telephone survey: estimates on frequency and sociodemographic distribution of risk and protection factors for chronic diseases in the capitals of the 26 Brazilian states and the Federal District in 2016*. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2017 [cited 2020aug 10]. Available from: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>.
9. Abreu DROM, Souza EM, Mathias TAF. Impact of the Brazilian Traffic Code and the Law Against Drinking and Driving on mortality from motor vehicle accidents. *Cad. Saúde Pública (Online)*. [Internet]. 2018 [cited 2020 aug 15];34(8):e00122117. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00122117>.
10. Gomes K, Amato TC, Bedendo A, Santos EL, Noto AR. Problems associated with binge drinking among students in Brazil's state capitals. *Ciênc. Saúde Colet.* [Internet]. 2019 [cited 2020 aug 15];24(2). Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.35452016>.
11. Assis RL, Junho BT, Campos VR. Lower performance of executive functions predicts higher alcohol and tobacco consumption among adolescents. *J. bras. psiquiatr.* [Internet]. 2019 [cited 2020 oct 25];68(3). Available from: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000240>.
12. Silva GA, Ribeiro IKS, Silva HRM, Rezende TMRL, Belo VS, Romano MCC. Profile and health demands of school-age adolescents. *Rev. enferm. UFSM*. [Internet]. 2019 [cited 2020 nov 12];9(e57). Available from: <https://doi.org/10.5902/2179769233510>.
13. Monteiro MG. Public policies to prevent alcohol-related harm. *Epidemiol Serv Saúde*. [Internet]. 2016 [cited 2020 aug 17];25(1). Available from: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000100017>.
14. Costa PHA, Mota DCB, Cruvinel E, Paiva FS, Gomide HP, Souza ICW et al. Training on alcohol and other drugs for health and social care professionals: report on experience. *Interface (Botucatu, Online)*. [Internet]. 2015 [cited 2020 aug 30];19(53). Available from: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0607>.
15. Lima DKRR, Guimarães J. Articulation of the psychosocial care network and local continuity of care: problematizing possible relationships. *Physis*. [Internet]. 2019 [cited 2020 oct 25]; 29(3):e290310. Available from: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312019290310>.

16. Federal Senate (BR), Constitution 1988. Constitution of the Federative Republic of Brazil: constitutional text Promulgated on October 5, 1988, with the changes determined by Constitutional Revision Amendments nos. 1 to 6/94, Constitutional Amendments nos. 1/92 to 91/2016 and by Legislative Decree no. 186/2008. Brasília: Federal Senate; 2016.
17. Oiapoque City Council. Regimento Interno: legislatura 2013-2016 [Internet]. Oiapoque: Câmara Municipal Oiapoque; 2013 [cited 2020oct 12]. Available from: <https://www.oiapoque.ap.leg.br/institucional/regimento-interno/regimento-interno/view>.
18. Nóbrega MPSS, Mantovani GS, Domingo AM. Resources, objectives and guidelines in a Psychosocial Care Network structure. *Rev. bras. enferm.* [Internet]. 2020 [cited 2020 Nov 02];73(1):e20170864. Available from: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0864>.
19. Barbosa BVF, Cavalcanti A, Alcântara MCA, Pedroza RM, Ferreira SHV. The role of primary attention in health on the constitution of the network care in mental health. *Rev. Pesqui. (Univ. Fed. State Rio J., Online)*. [Internet]. 2017 [cited 2022 feb 17];9(3). Available from: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i3.659-668>.
20. Borges CD, Schneider DR. Significant social network of users of a CAPSad: perspectives for care. *Pensando Fam.* [Internet]. 2017 [cited 2020 aug 10];21(2). Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200013.